



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

**8^a REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA
DO BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE (CT/BPS)**

ATA

09 de junho de 2015, Brasília/DF

1. Apresentação da nova funcionalidade que permite a pesquisa de preços regulados de medicamentos (tabela CMED) no sistema BPS.

A coordenadora da Coordenação Geral de Economia da Saúde – CGES, Andrea Mendes, abriu a reunião da Câmara Técnica apresentando o diretor substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento – DESID, Carlos Eduardo da Silva Sousa. Logo após houve uma rodada de apresentações dos presentes na reunião e iniciada a discussão dos assuntos na sequência da pauta.

Álvaro Ribeiro, analista de sistemas do Banco de Preços em Saúde (BPS) e do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), fez a apresentação da nova funcionalidade do BPS. Ele apresentou o protótipo da nova funcionalidade de inclusão de preços regulados no banco, mostrando os novos campos que deverão ser preenchidos pelos usuários no momento de registrar suas compras para que seja gerado o novo relatório do sistema.

Ao preencher os campos do código BR, descrição do item, unidade de fornecimento e fabricante, o sistema automaticamente irá mostrar, em um novo campo, as apresentações do medicamento disponíveis no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

O objetivo é ter no BPS uma referência do Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG para todos os itens de medicamentos sobre os quais incidem o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP. Além disso, essa nova classificação irá produzir um “de/para” automático no BPS via registro ANVISA.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Josenildo dos Santos, do Departamento de Logística em Saúde – DLOG/SE questionou sobre a inclusão das alíquotas de ICMS nos preços do BPS. Foi respondido que os preços apresentados serão divulgados considerando as diferentes alíquotas de ICMS praticadas pelas respectivas unidades da federação. A funcionalidade está em desenvolvimento.

Lore Lamb, do CONASS, questionou sobre a inclusão apenas do PMVG no BPS, pois alguns medicamentos não têm a incidência do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP sobre o Preço Fábrica – PF. Alesandre Edson, da ANVISA, esclareceu o questionamento, explicando que inicialmente houve um acordo entre as equipes em desenvolver um piloto com os medicamentos relacionados ao PMVG, os quais levam em consideração o desconto CAP (Coeficiente de Adequação de Preços) e posteriormente será apresentado o Preço Fábrica – PF para os demais medicamentos que não se enquadram nesse regramento.

Ao final do debate, o professor Elias Jorge levantou algumas questões. A primeira delas com relação ao preço unitário, tendo em vista as diferentes apresentações que os medicamentos podem ter. Foi respondido que o BPS utiliza sempre o preço unitário dos medicamentos e produtos para a saúde para que as comparações de preços possam ser feitas sem distorções.

Outra questão diz respeito ao sigilo nos volumes negociados pela indústria farmacêutica. A indagação foi respondida por Humberto de Medeiros, do Ministério Público Federal – MPF, o qual mencionou que não existe uma lei no código comercial que obrigue a divulgação dessa informação, além de não existir interesse de que essa informação seja pública. Complementando essa resposta, Alexandre Edson informou que a ANVISA possui as informações anuais de faturamento da indústria desde 2004, disse ainda que essa informação também é



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

sigilosa, porém, poderia ser compartilhada dentro do governo, mas sem deixar de considerar o caráter sigiloso da informação. Esses dados serão publicados pela ANVISA de forma agregada ainda em 2015. Haverá distinção apenas pela quantidade negociada pelos setores públicos e privados, sem considerar esfera (federal, estadual e municipal), pela classe terapêutica e por substância.

A última questão levantada pelo professor Elias Jorge refere-se ao formato de apresentação dos dados de compras no BPS. Os dados podem ser de compra real (ou seja, a quantidade que é efetivamente demandada e entregue às instituições compradoras) ou de compra virtual (que seria a quantidade negociada na licitação na modalidade registro de preços e não necessariamente entregue). Atualmente os dados apresentados são de valores negociados (compra virtual) e a discussão remete a manutenção desse formato de informação ou considerar a possibilidade de lançar os dados de compras efetivamente realizadas (compra real). Essa pergunta foi respondida pela Andrea Mendes da CGES e pelo Marcelo Castro do BPS. Ambos consideram a questão relevante, contudo os usuários teriam que atualizar as informações no BPS periodicamente, e além disso, não ficariam refletidos no sistema os ganhos de escala referentes as compras em grandes quantidades. O Prof. Elias enfatizou que considera importante que o BPS mostre ambas as informações, e argumentou que os ganhos de escala não são realidade na maioria dos municípios do país.

Após o retorno da apresentação pelo Álvaro, seguiu-se uma discussão com respeito à utilização no BPS de uma métrica de média ponderada de preços e sobre sua forma de cálculo. Foi sugerido, por Bruno Duarte, da SCTIE, a utilização do método IQR de quartis como forma de cálculo.

2. Apresentação de estudo realizado pelo BPS sobre preços de OPMEs. Resultados utilizados pelo Grupo de Trabalho/OPMEs e pelo Ministro da Saúde.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

A coordenadora da CGES, Andréa Mendes, fez uma apresentação sobre as demandas envolvendo o tema OPME que tem impactado algumas áreas do DESID. Andréa Mendes discorreu sobre a composição do Grupo de Trabalho, que envolve diferentes Ministérios e autarquias, e explicou como foi feito o levantamento de preços utilizando as informações contidas no BPS. Por esse levantamento, foi possível fazer um panorama relacionando os preços pagos pelas instituições de saúde, os preços de reembolso cadastrados da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM – SIGTAP e os preços privados. Andréa Mendes ressaltou que por meio desse estudo foi possível evidenciar o elevado grau de assimetria de informações, tanto no que concerne a especificações, bem como aos preços relacionadas a esse mercado.

3. Apresentação de estudo sobre estimativa de custo de módulos do Programa Mais Especialidades, com utilização dos dados do BPS.

Foi decidido que esse tópico será discutido na próxima reunião ordinária da Câmara Técnica, que ocorrerá no dia 08 de setembro de 2015.

4. Retomada do projeto de desenvolvimento de banco de preços em saúde para os países que compõem a UNASUL (União de Nações Sulamericanas), utilizando como referência o BPS.

A apresentação foi feita pela Mariana Ramos, da CGES, que contou sobre o histórico do Banco de Preços para o Mercosul, sobre a reunião de 2010, os problemas que fizeram com que o projeto fosse deixado de lado e a reaproximação que está acontecendo agora com o intuito de retomar esse projeto.

5. Consulta aos órgãos de controle: gestores municipais alegam que o Ministério Público não considera o BPS uma fonte de pesquisa de preço (alegação comum nas visitas aos municípios).

Oswaldo Barbosa, da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA disse que vai procurar saber internamente e trará uma resposta na próxima reunião da Câmara Técnica.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

6. Autorização para publicação do Manual de Consulta e Análise de Preços utilizando o BPS.

Conforme havia sido combinado na reunião anterior, existia a possibilidade de incluir os participantes da Câmara Técnica como revisores do Manual, assim, foi perguntando se todos estariam de acordo e como deveria constar na publicação. Os presentes confirmaram a inclusão de seus nomes no Manual como revisores do texto e ficou decidido que aparecerá da seguinte forma: nome do participante seguido do nome da instituição que representa.

7. Informes Gerais

Marcelo Castro, coordenador do BPS encerrou a reunião explicando sobre o andamento dos projetos de interoperabilidade. Atualmente o projeto com São Paulo é o mais avançado e estamos retomando contato com Minas Gerais. A única região que na qual as tratativas para interoperabilidade não avançaram foi a Centro-Oeste. Por fim foram definidas as datas da reunião extraordinária, que ocorrerá no dia 11/08/2015, e da reunião ordinária, no dia 08/09/2015.

8. Encaminhamentos

- A coordenação do BPS se incumbiu de realizar um levantamento sobre a pertinência de se manter o formato atual da informação de preço no sistema (preço negociado) ou alterá-lo para o formato de preço praticado.
- O representante da AMPASA, Oswaldo José Barbosa, se pronunciará, na próxima reunião ordinária da CT/BPS, sobre o tópico 5 da pauta referente a esta reunião, a saber: “os gestores municipais alegam que o Ministério Público não considera o BPS uma fonte de pesquisa de preço (alegação comum nas visitas aos municípios)”.